

SESSÃO VARIA

“MARIANA” (1871), DE MACHADO DE ASSIS: ESCRAVIDÃO E RACISMO À BRASILEIRA

“MARIANA” (1871), BY MACHADO DE ASSIS: SLAVERY AND RACISM IN
THE BRAZILIAN WAY

JOYCE PEREIRA VIEIRA ¹

Universidade Federal de Ouro Preto
<https://orcid.org/0000-0002-2024-8260>
joyce.p.v1@gmail.com

ALEXANDRE AGNOLON ²

Universidade Federal de Ouro Preto
<https://orcid.org/0000-0002-3595-6868>
alexandre.agnolon@ufop.edu.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal discutir, a partir do conto “Mariana” (1871), como Machado de Assis incorporou elementos históricos na representação da escravidão e do racismo brasileiro em textos ficcionais. É nosso intento demonstrar, partindo do dialogismo e do discurso polifônico (BAKHTIN, 2018) e da crítica realizada por Coutinho (1990), Chalhoub (2020), Rocha (2013), Gledson (2003), Schwarz (2012), nos escritos do autor fluminense, atento às transformações históricas e sociais do Brasil oitocentista, a visão de um mundo escravocrata, ao estilo brasileiro, numa perspectiva crítica do autor.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; Escravidão; Racismo; Dialogismo.

ABSTRACT: The main objective of this article is to discuss, from the short story “Mariana” (1871), how Machado de Assis incorporated historical elements in the representation of Brazilian slavery and racism in fictional texts. It is our intention to demonstrate, starting from dialogism and polyphonic discourse (BAKHTIN, 2018) and the criticism of Coutinho (1990), Chalhoub (2020), Rocha (2013), Gledson (2003), Schwarz (2012), in the writings by the Fluminense author, attentive to the historical and social transformations of 19th century Brazil, the vision of a slave world, Brazilian style, from a critical perspective of the author.

KEYWORDS: Machado de Assis; Slavery; Racism; Dialogism.

¹ Mestra em Letras: Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Atualmente é docente efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

² Doutor em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor de Estudos Clássicos do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

INTRODUÇÃO

A incorporação de elementos históricos na obra de Machado de Assis não é “um retrato de historiador, mas de criador de literatura. O Brasil está lá, mas um Brasil visto por olhar de puro homem de letras” (COUTINHO, 1990, p. 324). Dessa forma, o presente trabalho procura evidenciar esse olhar machadiano acerca da escravidão e do racismo brasileiros, tratados de forma bastante peculiar pela sociedade escravista e patriarcal da segunda metade do século XIX, a partir do conto “Mariana” (1871). Para isso, apoiamos-nos na teoria do dialogismo e do discurso polifônico, na qual todo enunciado é dialógico, todo discurso é perpassado pelo discurso alheio, uma vez que o indivíduo é também dialógico e está continuamente estabelecendo relação com o outro (BAKHTIN, 2018), assim como na fortuna crítica acerca da obra de Machado.

O conto “Mariana” foi assinado pelo pseudônimo de J. J. e originalmente publicado no *Jornal das Famílias* em janeiro de 1871, época em que, segundo Chalhoub (2003), já se debatiam questões relacionadas à emancipação de escravos, culminando em 28 de setembro do mesmo ano na promulgação da Lei do Ventre Livre. O *Jornal das Famílias* era um periódico voltado para o público feminino das classes média e alta que prezava pelos valores da “boa sociedade” e trazia conteúdos que versavam sobre cuidados domésticos e higienização tanto física quanto moral das famílias. Por conseguinte, destaca Duarte (2020) que Machado de Assis foi um verdadeiro capoeirista da palavra ao denunciar, sob disfarces, a exploração escravista e a desumanidade do sistema através de um conto publicado em um jornal para moças brancas de elite. Gledson (2006, p. 42) afirma que “De todos os assuntos, o mais difícil é o da escravidão”, e decerto era.

Duarte (2020) ressalta que a poética machadiana foi marcada por sutilezas e deslizamentos de sentido. Repleta de novos significados a cada leitura, a obra do bruxo não se afasta de um projeto crítico, especialmente no que tange à escravidão e ao racismo presentes na sociedade. O tratamento da escravidão, ainda que obliquamente, compunha parte de um “projeto machadiano”, em que o próprio autor, em seu célebre “Instinto de nacionalidade” (1873), afirmava não haver “dúvida que uma literatura [...] deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região [...]. O que se deve exigir do escritor é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país” (ASSIS, 2013, p. 432-433). Machado apontava, portanto, a necessidade de o autor sempre estar atento às demandas contemporâneas da

sociedade, de percebê-las plenamente. Assim como Coutinho (1990) e Rocha (2013), Eduardo Duarte também acredita que a obra machadiana sofreu um processo de amadurecimento e um aperfeiçoamento ao longo de toda sua produção. Nesse âmbito, podemos destacar o referido conto como um exemplo de tal processo, uma vez que, escrito em 1871, ou seja, um ano antes de seu primeiro romance, *Ressurreição* (1872), Machado de Assis já experimentava a predileção pela construção de personagens femininas de grande centralidade para a obra, como no caso de Mariana, e que seriam largamente utilizadas em suas obras, configurando-se como característica essencial do romance machadiano como um todo, a exemplo da personagem Lívia, de *Ressurreição*, que figura como verdadeira heroína da narrativa. Nesse sentido, mais do que mero laboratório, por assim dizer, a contística machadiana assume lugar de importância fundamental para a obra de Machado. Ora, Lúcia Miguel-Pereira (1936, p. 255) destaca que, de modo geral, os contos do bruxo representam “a parte mais perfeita da sua obra” e que Machado “se revelou um mestre no gênero”, considerando-o melhor contista que romancista.

A mentalidade dominante no século XIX a respeito das raças calcava-se na desigualdade e hierarquização, em que brancos eram tidos como superiores enquanto negros seriam inferiores e continuamente depreciados pelo pensamento vigente à época. A sociedade baseada no escravismo como principal meio de produção enxergava o negro como uma mercadoria desprovida de quaisquer sentimentos humanos, ou seja, o “*status social* impingido a todos os povos escravizados a partir do império romano: uma vez tornado escravo, sua ‘humanidade’ cessa de existir, transformando-o em ‘coisa’” (CRUZ, 2009, p. 24, grifos do autor). Ademais, tal condição “foi agregada ao mundo ocidental quando elege os ‘marginais’, especialmente, sobre as bases, como no caso brasileiro, do ‘preconceito de marca’ – aquele que se vale da cor da pele para discriminar os indivíduos” (CRUZ, 2009, p. 24). Destarte, o escravo era mera propriedade, sem o reconhecimento de sua humanidade, totalmente discriminado devido à cor de sua pele, silenciado e alvo de várias formas de violência, por exemplo, a física, a psicológica e a social. Machado de Assis não compartilhava de tal mentalidade e de forma furtiva, a partir da leitura de seus textos, é perceptível que abordou o tema e não foi um absenteísta ou um alienado relativamente a causas sociais, especialmente a da escravidão (DUARTE, 2020).

Importante destacar que, segundo Gledson (2003), Machado não foi um republicano, mas monarquista liberal e esperava que o regime imperial sobrevivesse, pudesse se transformar e realizar

reformas, principalmente a abolição da escravidão. A escravidão, além de imoral, era também anacrônica, questão de *timing* histórico em que aqueles que detêm o poder têm de julgar e controlar a rapidez e a força da mudança social e histórica, ora resistindo, ora cedendo como em um acordo. Afirma que Machado estava “cada vez mais consciente de que existe um acordo entre a configuração da História e a forma na literatura” (GLEDSON, 2003, p. 125) e que desejava retratar a “verdadeira natureza de toda uma sociedade” (GLEDSON, 2003, p. 125). Chalhoub (2003, p. 79), por sua vez, destaca o conto “Mariana” (1871) como um “documento histórico promissor”.

A escravidão no Brasil perdurou do século XVI ao XIX, sendo este o último país do Ocidente a aboli-la. Segundo Chalhoub (2003, p. 18), ela “é a situação de máxima dependência nessa sociedade em que o centro da política de domínio é a produção de dependentes”. Por sua vez, Roberto Schwarz (2012, p. 14) afirma que ela foi embasada “na violência e na disciplina militar” e que “a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia”. Desse modo, o africano escravizado era submetido a castigos físicos a fim de internalizar a supremacia de seu senhor. Através do medo buscava-se a obediência dos cativos numa atitude tipicamente nacional, conforme expõe Alencastro:

Desembarcado nos portos da América portuguesa, mais uma vez submetido à venda, o africano costumava ser surrado ao chegar à fazenda. “A primeira hospedagem que [os senhores] lhes fazem [aos escravos], logo que comprados aparecem na sua presença, é mandá-los açoitar rigorosamente, sem mais causa que a vontade própria de o fazer assim, e disso mesmo se jactam [...] como inculcando-lhes, que só eles [os senhores] nasceram para competentemente dominar escravos, e serem eles temidos e respeitados.” Tal é o testemunho do padre e jurista Ribeiro Rocha, morador da Bahia, no seu tratado sobre a escravatura no Brasil, publicado em meados do século XVIII. Cem anos mais tarde, o viajante francês Adolphe d’Assier confirmava a prática de espancar escravos logo na entrada, para ressocializá-los no contexto da opressão nas fazendas e engenhos do Império. Método de terror luso-brasílico, e mais tarde autenticamente nacional; brasileiro, o choque do bárbaro arbítrio do senhor – visando demonstrar ao recém-chegado seu novo estatuto subumano – voltou a ser praticado durante a ditadura de 1964-85. (ALENCASTRO, 2000, p. 148)

Machado de Assis abordou essa violência da escravidão, por exemplo, em “Pai contra mãe” (1906), um dos textos mais poderosos do autor sobre a temática escravista, já próximo de sua morte, no início do século XX e cerca de dezoito anos após a abolição. Talvez por isso absteve-se da sutileza no tratamento do tema. Principia o conto já de forma contundente com a descrição de aparelhos de tortura:

Um deles [aparelhos] era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. [...] Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. [...] O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. (ASSIS, 2019, p. 383)

A agressividade da escravidão brasileira gerou traumas aos escravizados. Em um processo de dessocialização, foram retirados abruptamente de sua nação, língua, cultura, religião e em um processo de despersonalização se transformaram em propriedade privada, ambos configurando o escravo em fator de produção polivalente (ALENCASTRO, 2000).

No que tange ao racismo, é importante entender o conceito sob o viés da Teoria Social, proposta por Sílvio Almeida (2018, p. 15, grifos do autor) de que “*o racismo é sempre estrutural*, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Ainda segundo o estudioso, “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2018, p. 16). Nesse sentido, pretendemos elucidar nossa proposta de racismo à brasileira a ser aplicada na leitura do conto “Mariana” (1871), de Machado de Assis.

A naturalização e a banalização dos efeitos cruéis da escravização destinada aos negros perduram na sociedade brasileira até os dias atuais. Esse é o ponto que pretendemos evidenciar quando nos referimos à expressão “racismo à brasileira”, no sentido de que é uma manifestação velada, maliciosa e perversa da discriminação racial. A fim de ilustrarmos tal ideia, destacamos um exemplo simples, mas não menos significativo. A Literatura Brasileira é repleta de célebres personagens que encantam desde crianças até os mais idosos. Monteiro Lobato deu vida aos personagens residentes no Sítio do Pica-Pau Amarelo, como Dona Benta e Tia Nastácia, porém, foi a personagem branca e também patroa – Dona Benta – que foi agraciada com o nome na capa de um livro de receitas culinárias, enquanto a personagem negra e subalterna, Tia Nastácia, que realmente realizava a tarefa de cozinhar na história de Lobato, foi preterida de tal visibilidade. Destacamos que essa leitura superficial da obra lobatiana objetivava meramente a comercialização de um produto. Para tanto, reproduz e legitima a hegemonia branca, destacando Dona Benta como figura central a nomear um livro de receitas. Salientamos que esse exemplo é uma manifestação de racismo no âmbito comercial, através da

escolha da personagem a protagonizar o referido produto. Eis a face impiedosa do racismo ao estilo brasileiro que pretendemos evidenciar, como observado por Almeida e enraizado na sociedade:

[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório, ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um *processo* em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (ALMEIDA, 2018, p. 27, grifos do autor)

Contrapondo-se a essa utilização comercial, Bignotto (2021) nos leva a refletir acerca da questão racial envolvendo Tia Nastácia ao mostrar que o autor transformou as convenções de seu tempo, por meio de uma proposta inovadora e modernista, ao criar a referida personagem. Na obra lobatiana, Tia Nastácia ganha papel de destaque. É dona de vasta sabedoria popular, bondosa, cuidadora de Lúcia – a menina do narizinho arrebitado –, além de criadora de Emília, a boneca de pano falante, e do sábio Visconde de Sabugosa, feito de um sabugo de milho. Mesmo com os afazeres domésticos, ela é tratada com respeito, opina sobre muitos assuntos, ajudando na educação da neta de Dona Benta. Lobato dedicou um livro inteiro a ela: *Histórias de Tia Nastácia*. Ademais, a pesquisadora supracitada destaca a desorganização da ordem hierárquica racial entre as personagens em questão, no decorrer da história, uma vez que “Tia Nastácia, assim como Narizinho, tem caráter, individualidade, sentimentos íntimos elevados, autonomia” (BIGNOTTO, 2021, p. 73). Dessa forma, Lobato busca suscitar em seu leitor sentimento de empatia com Tia Nastácia, além de que “parece ter iniciado, com estratégias de vanguarda, o longo processo da reescrita dos atributos de personagens negras em nossa literatura infantil” (BIGNOTTO, 2021, p. 77). Nesse sentido, entendemos que a escolha de Dona Benta para protagonizar um livro de receitas evidencia uma postura racista que está entranhada em nossa sociedade até os dias atuais, ignorando a totalidade e a complexidade da obra de Monteiro Lobato. O racismo é entendido, portanto, como uma forma de dominação, estrutural e também sistemático que está naturalizado na sociedade brasileira desde a época da escravidão, configurando-se também como um processo histórico, “um fenômeno social complexo” (ALMEIDA, 2018, p. 44).

“MARIANA” (1871): ESCRAVIDÃO E RACISMO À BRASILEIRA

“Mariana” (1871) apresenta como enredo principal o amor proibido que a personagem Mariana, escrava descrita como “gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa” (ASSIS, 2019, p. 72) nutria por seu senhor, Coutinho, representante típico da elite escravocrata, que na época do relato dos acontecimentos “contava já seus trinta e nove anos e tinha alguns fios brancos na cabeça e na barba” (ASSIS, 2019, p. 72). Os termos com que Coutinho se refere à Mariana já são indicativos do racismo velado, típicos da sociedade brasileira, em que perdura o sentimento de superioridade de brancos sobre negros. A jovem é apresentada como “mulatinha”, termo que concentra em si mesmo a pecha da escravidão mal disfarçada de ternura pelo emprego do diminutivo, já que era ela “cria da casa”, educada em meio às senhoras, sem deixar, porém, de manter as diferenças de ordem social. Em contrapartida, Coutinho é apresentado normalmente pelos seus traços físicos, demonstrando o abismo social existente entre eles. O tema de “Mariana” é tratado com “crueldade em aparência ‘involuntária’, cuja naturalidade ainda hoje surpreende o leitor” (ROCHA, 2006, p.176). Essa forma surpreendentemente cínica de tratamento cruel e ao mesmo tempo natural dá ao conto a perspectiva de escravidão e racismo à brasileira que tentamos evidenciar.

A narrativa é apresentada em primeira pessoa, sob o olhar do dominador e em tom elitista. Macedo a inicia, em seguida, dá voz ao amigo Coutinho e, posteriormente, retoma a narrativa para si. Dessa maneira, funciona como uma moldura ao redor do enredo principal a fim de criar uma atmosfera de leveza e naturalidade em que tudo se domestica. Esse efeito de naturalidade e afabilidade entre amigos, quase em chave dialógica, assemelha-se, não por acaso, ao tom de anedota, como deixara entrever John Gledson (1998, p. 15) ao apontar a predileção de Machado pelas “anedotas, e de focalizar detalhes aparentemente triviais, mas que lançam uma luz inesperada sobre assuntos ‘importantes’”. Ademais, assemelha-se a uma pequena peça filosófica paródica, por assim dizer, à maneira luciânica, e presente na obra do autor, por exemplo, em contos como “Teoria do medalhão” e “O espelho”, ambos reunidos, não coincidentemente, nos *Papéis avulsos* (1882).

O enredo inicia-se com a chegada de Macedo ao Rio de Janeiro após passar quinze anos na Europa. Ao chegar, percebe mudanças tanto nos amigos quanto no próprio ambiente urbano em que se encontra. Nota-se que se trata de um membro da elite, uma vez que podia viajar por quinze anos sem se preocupar com

trabalho, por exemplo: expediente análogo, na caracterização de membros da elite brasileira do Segundo Reinado, é empregado em “Parasita azul”, narrativa pouco posterior, de 1872, e que, convém dizê-lo, está no “gene” da representação de Brás Cubas e, mesmo depois, de Bento Santiago. Macedo, ao caminhar a esmo, contemplando as mudanças no comércio e no espaço urbano da cidade, encontra por acaso seu amigo de longa data, Coutinho, que, por ocasião de reencontro tão feliz, busca mais dois amigos, para que almoçem juntos e lembrem-se dos velhos tempos.

O reencontro nostálgico ocorreu na sala do hotel de Macedo onde ele pode contar sobre suas viagens a Portugal, Paris, Jerusalém, Londres, Itália, com riqueza de detalhes. Cada um dos quatro amigos fez suas confissões sobre os mais variados temas. Coutinho relata sua ociosidade, o não casamento com a prima Amélia; e para a surpresa de todos, após tomar um conhaque e acender um charuto, confessa que nunca houvera de ser tão amado como o foi por uma mulher: “uma cria de casa” (ASSIS, 2019, p. 72). Com naturalidade, “sacudia distraidamente a cinza do charuto” (ASSIS, 2019, p. 72) e continuava seu relato. O que fica já evidente é a técnica machadiana empregada ao longo de todo o relato de Coutinho, como bem definiu Antonio Candido (1977, p. 23): “sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida [...]; ou em estabelecer um contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial”. Assim, o tom plácido como os acontecimentos são proferidos é de uma agressividade que choca o leitor mais atento.

Coutinho prossegue seu relato sobre Mariana e a caracterização que lhe dá é prova da forma como as escravas eram vistas e tratadas naquela sociedade paternalista pautada na dependência pessoal: “Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasiões de visitas, eis a diferença; no mais era *como se fosse pessoa livre*, e até minhas irmãs tinham certa afeição fraternal” (ASSIS, 2019, p. 72, grifos nossos). A expressão “como se fosse pessoa livre” e o uso de “até” para falar da afeição que lhe dirigiam representa uma violência confessa já no ato da fala. Fato é que a protagonista não era verdadeiramente livre e nem possuía afeição sincera por parte dos donos, no mais, era considerada mera escrava, apesar de sua educação incluir habilidades como coser com agulha e linha, ler, escrever e saber francês. Mariana era escrava, dependente de seus senhores e “compreendia bem que na situação em que se achava só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora” (ASSIS, 2019, p. 72-73) pela educação recebida e pelo fato de não residir na senzala.

Outra forma de violência encontrada no conto é a sexual, através do assédio que João Luís, tio de Coutinho, deixa entrever com a sua declaração ao sobrinho: “Por que diabo está tua mãe guardando aqui em casa esta *flor peregrina*? A rapariga precisa de tomar ar” (ASSIS, 2019, p. 73, grifos nossos). O desejo do tio pela bela Mariana é de cunho exclusivamente sexual, já que a vê como uma escrava que não possuía direito ao livre arbítrio, enquanto ele, na condição superior de homem branco e livre, era dotado de todos os direitos possíveis. Mariana ainda é descrita pela personagem Coutinho como “o tipo mais completo da sua raça” (ASSIS, 2019, p. 73), mostrando assim novamente a faceta do racismo ao estilo bem brasileiro, em que o negro é tratado de forma diferenciada, inferiorizado, nunca comparado com brancos e sequer é considerada a situação de igualdade.

Coutinho ficou noivo de sua prima Amélia e passou a dispendar mais de seu tempo com ela. Mariana, por sua vez, notou as ausências constantes e descobriu que seu grande amor se casaria, dando início ao sofrimento que a levou a fugir por duas vezes para não presenciar a perda de seu amor, além de adoecer e de recusar-se ao tratamento.

A tristeza da escrava despertou a curiosidade dos irmãos Josefa e Coutinho. Nessa ocasião, a irmã supôs que o motivo poderia ser de ordem sentimental. O descaso de Coutinho sobre o possível amor da escrava mostra a superioridade da classe senhorial e a assimetria social existente entre eles. Percebe-se uma ironia em sua fala: “quem será o namorado da Sra. Mariana – perguntei rindo. – O copeiro ou o cocheiro?” (ASSIS, 2019, p. 75). Para ele, somente alguém de classe inferior poderia despertar o interesse dela, dada a sua condição.

A jovem escrava possuía a consciência de sua condição e, por conseguinte, da impossibilidade de realização amorosa com Coutinho. Ela mesma diz “eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava” (ASSIS, 2019, p. 76). Este, em sua condição sempre superior, relembra-a de que era “escrava quase senhora” (ASSIS, 2019, p. 76) e que possuía benefícios oferecidos pelos seus senhores. Na hipótese levantada por ela de desdenhar de tais benefícios, é chamada de “insolente” e levada a ajoelhar-se e pedir perdão, pois ao bom senhor deve-se sempre gratidão e obediência. Mariana não podia se expressar livremente, sendo silenciada e controlada pelo respeito devido aos seus donos. Nas ocasiões em que responde aos questionamentos de Coutinho, por exemplo, é como se ela “esquecesse por instantes a sua condição e o respeito” (ASSIS, 2019, p. 76) inerente à sua situação de escravizada. Dessa forma, Spivak (2010), em seu livro *Pode o subalterno*

falar?, esclarece esse silenciamento imposto às escravas, uma vez que na posição de subalternidade, de colonizada, ela não estava em condições de reivindicar algo para si, no caso um amor, sendo necessária a intermediação pela voz de um outro, que é refutada por ela, pois era considerado um atrevimento. Schwarz (2012, p. 17) afirma que “o favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa”. Dessa forma, aponta Chalhoub (2003, p. 80) que “a ideologia paternalista dos senhores e as relações de dependência provocam situações de violência e humilhação”. Uma das formas de violência expressa no conto é a psicológica, pois Mariana é tratada também por “ingrata” e “desgraçada”.

A evidência dos sentimentos da “mulatinha”, um misto de amor, elevação e nobreza, “contrastavam com a fatalidade da sua condição social” (ASSIS, 2019, p. 76) e era visto como uma insolência, pois uma escrava nunca poderia se apaixonar por seu senhor, configurando assim novamente o racismo. Os costumes calcados na lógica escravista dominante são demonstrados pela fala de Coutinho ao desejar possuir a escrava, uma vez que “a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente” (ASSIS, 2019, p. 78). Mariana é assim oprimida por uma dupla escravidão, de natureza social e psicológica, referente à afetividade.

Na primeira fuga, foi encontrada e retornou para casa, não sem antes se confessar apaixonada por Coutinho. Ele acreditava ser necessário “fazer esforços para capturá-la, e uma vez restituída à casa, colocá-la na situação verdadeira do cativo” (ASSIS, 2019, p. 78), mesmo se envaidecendo por saber ser ele próprio a causa. A situação de fuga vem corroborar a real condição da jovem e as atitudes ambivalentes de Coutinho, vis e vaidosas. Segundo Dixon (2006, p. 188): “O importante para Machado no romance (e, a meu ver, no projeto literário inteiro) é o contraste das personalidades”. A caracterização de Coutinho, típica da elite brasileira, é representada cabalmente por Machado de Assis, sobretudo em personagens de sua obra da maturidade, como Brás Cubas e Bento Santiago.

Na ocasião da segunda fuga, novamente é Coutinho quem a encontra, e a escrava é descrita por ele como “disposta a sofrer tudo dos outros, contanto que obtivesse a minha compaixão” (ASSIS, 2019, p. 83). Mariana é humanizada enquanto seu amado representa o dono de escravos disposto a recapturar sua propriedade, já que ele “ia recorrer aos meios violentos, e [...] não era possível resistir” (ASSIS, 2019, p. 83). Ela, apaixonada, subalternizada, sofrida, num último ato de redenção, suicida-se ao tomar um veneno violento e profere suas últimas palavras: “Nhonhô não tem culpa: a culpa é da natureza. Só o que eu lhe peço é que não

me tenha raiva, e que se lembre algumas vezes de mim...” (ASSIS, 2019, p. 84). À vista disso, observa Dixon (2006, p. 199): “Usando uma lógica relacional, o autor faz um quadro de visões opostas, e é na percepção desses paradigmas que o leitor encontra a realidade vivida”. Realidade cruel que leva a escrava a crer que é naturalmente culpada pelo fato de se encontrar na posição de negra escravizada, além de eximir de seu senhor toda a parcela de responsabilidade que lhe cabe.

O conto “Mariana”, de certa forma, “aclimata”, de maneira profundamente irônica, à estrutura escravocrata brasileira um *tópos* comum do Romantismo francês e alemão, que tem como desfecho, diante da impossibilidade de realização amorosa, o suicídio do herói e da heroína: “ideias fora do lugar” que são, como apontaria Schwarz (2012), a ironia implícita na emulação machadiana das formas narrativas e do drama burguês, eivados, porém, do estigma da escravidão que, por seu turno, torna impossível, em sua plenitude, a realização dos modos de vida e de representação burgueses. Com efeito, o *tópos* da impossibilidade da união matrimonial calcada no capital e na condição diversa dos indivíduos relativamente à classe social que ocupam respectivamente, como, por exemplo, vê-se em Balzac, ou mesmo em Jane Austen, assumem, em Machado, em que pese a carapaça suave da banalidade cotidiana, tons lúgubres por conta da barbárie criminosa da escravidão, tornando tudo quanto há da burguesia triunfante em sua prosperidade capitalista, como se vê na admiração de Macedo no início do conto ao contemplar o progresso e o avanço do comércio da cidade em sua ausência do Brasil, mero lustre, formas do falso. Em virtude do cinismo da narrativa, bem como a natureza puramente social que serve de obstáculo às intenções sentimentais de Mariana, a influência maior seria, por exemplo, *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho. Não obstante, paulatinamente, Machado aperfeiçoa-se, ao longo de sua trajetória, sempre com o olhar crítico perante a sociedade em que vivia. Castello ressalta que:

Nos limites iniciais da carreira do contista, por extensão a do escritor, Machado de Assis procede à pesquisa e à experiência de linguagem, de estruturação, de estudos de situações e esboços de caracteres. Parte de modelos literários que não omite, presentes e passados, desde narrativas tradicionais marcadas pela oralidade até fontes eruditas de sugestões temáticas. Equaciona-os com a realidade presente e cotidiana da sociedade fluminense, ainda embebido no romanesco e na moralidade românticos. *Mas, à medida que se enriquece interior e literariamente, submete todos os componentes da criação à vigilância crítica, fator de aperfeiçoamento de processos criadores, conjuntamente com a marca singular do seu estilo e concepção.* (CASTELLO, 2008, p. 77-78, grifos nossos)

Machado de Assis ao criar a personagem Mariana de forma humanizada, sensível, inteligente, corajosa, forte, não reduzida a coisas, capaz de amar a ponto de tirar a própria vida, enfim, cheia de virtudes, desconstrói o estereótipo, vigente na época, da escrava negra. Machado de Assis, humanizando-a, eleva-a ao sublime. Tal estereótipo estabelece no conto justamente o contrário das características atribuídas à jovem cativa pelo autor. Fanon (2008, p. 160) atenta-se para o fato de que o “carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral”, eis a visão imperativa acerca do negro na sociedade brasileira oitocentista. A protagonista é então construída na argamassa da sensibilidade com que nutre seus sentimentos e suas emoções, o bruxo converte-a em personagem trágica, capaz de ações sublimes, contrapondo-a, por seu turno, à sensaboria do narrador e dos membros da elite, amigos seus, incapazes de sentimentos genuínos, pois que, frívolos e afetando tristeza, em um piscar de olhos, saem à rua tecendo “mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas” acerca dos “pés das damas que desciam dos carros”. A forma machadiana de combater o racismo consiste na estratégia de humanizar o negro e denunciar a brutalidade do regime vigente em que seres humanos eram tratados como mercadorias, fazendo uso de uma ironia fina e um cinismo na construção da personagem Mariana.

A capoeira literária proposta por Eduardo Duarte (2020) confirma-se no fato de que, ironicamente, Machado de Assis consegue criticar a elite branca através do relato de seu próprio representante, no caso Coutinho. Aliás, será recorrente em sua produção posterior ao criar personagens como o “defunto-autor” e “Bentinho”, por exemplo. Para Candido, Machado de Assis foi

[...] um escritor poderoso e atormentado, que recobria os seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela, desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade. (CANDIDO, 1977, p. 18)

Para Chalhoub (2003, p.80), a tragédia de Mariana é vista como um “dramalhão”, mas interessante como documento histórico. Machado acomoda o conto “Mariana” no gênero do dramalhão romântico a estilo de *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho. No século XIX, certos clichês românticos povoavam os teatros da corte. Nesse âmbito, o próprio Machado de Assis se refere ironicamente a tais clichês, por exemplo, no conto “A causa secreta” (1885), publicado na *Gazeta de Notícias*, como um “dramalhão cozido a facadas” (ASSIS, 2019, p. 194). Quanto ao mérito literário do conto, Chalhoub (2003, p. 80) acredita que o bruxo

não o teria incluído em suas coletâneas justamente por caracterizar-se por um mero dramalhão. Em contrapartida, Gledson (2006, p. 42) afirma que “o conto nunca foi republicado, talvez pelo perigoso do tema”.

Por fim, a história de Mariana resume-se a uma anedota doméstica, assim como a de Capitu no romance *Dom Casmurro* (1899). Analogamente, Mariana e Capitu ocupam o mesmo lugar, uma vez que a família de Capitu gozou do favor de uma família de proprietários, que era a família de D. Glória. Ocupava também lugar inferiorizado na casa de Bentinho e era submetida ao arbítrio do marido. Não se suicidou, mas foi desterrada. Pela visão dos quatro amigos, apenas uma anedota com sabor de tragédia tratada com a insensibilidade da classe senhorial. O pesquisador João Cezar Rocha (2006, p. 177) bem observa que “Macedo retoma a voz narrativa com uma indiferença cuja agressividade surpreende o leitor” ao simplesmente dizer: “daí a pouco saímos pela Rua do Ouvidor fora, examinando os pés das damas que desciam dos carros, e fazendo a esse respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas. Duas horas de conversa tínhamos restituído a mocidade” (ASSIS, 2019, p. 85). Por seu turno, Gledson (2006, p. 35) chama a atenção, como já o dissemos aqui, para o fato de Machado gostar muito de anedotas. Dessa maneira, segundo Villaça (2006, p. 28), “encerrar a leitura de um conto machadiano não representa o término de uma atividade, mas apenas o início de outra, aliás muito mais problemática: reconhecer o saldo dos conflitos que a narração nos legou”. Cabe ao leitor, portanto, a inquietante tarefa de reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo procuramos evidenciar a incorporação do elemento histórico da escravidão e seu conseqüente racismo, tipicamente brasileiros, na sociedade do século XIX. Tal sociedade baseava-se no patriarcalismo, no sistema escravocrata e na política de favores, como explicitado por Schwarz (2012) ao analisar os primeiros romances de Machado. Conforme exposto, o conto “Mariana” (1871) funciona como uma radiografia do racismo brasileiro mostrando a hipocrisia das elites, além de evidenciar o arguto olhar do autor Machado de Assis sobre o *modus operandi* da elite branca dominadora. A escravidão é uma ignomínia. Ademais, buscamos mostrar também, como já observado por Afrânio Coutinho (1990, p. 232), que, “se

quisermos estudar o Brasil do século XIX, não precisamos recorrer aos tratados da história. Basta lermos com atenção e pesquisarmos com cuidado os diversos lados dessa vida”. Ficcionalista, “homem do seu tempo e do seu país” (ASSIS, 2013, p. 433), com seu poder analítico, Machado de Assis contribuiu através da sua vasta obra literária para um debate histórico acerca da escravidão e do racismo brasileiros, de que “Mariana” (1871) é um dos exemplos mais contundentes.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 144-154.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSIS, Machado de. A causa secreta. In: _____. *Todos os contos*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 193-202.

ASSIS, Machado de. Mariana. In: _____. *Todos os contos*, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 70-85.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: _____. *Todos os contos*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 383-393.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1899. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance>. Acesso em: 01 set. 2020.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.). *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 429-441.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso em Dostoiévski. In: _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018, p. 207-310.

BIGNOTTO, Cilza. Reescrevendo a narrativa: racismo em livros infantis da época de Monteiro Lobato. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 56-79, mai./ago. 2021.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários escritos*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977, p. 15-32.

CASTELLO, José Aderaldo. *Realidade e ilusão em Machado de Assis*. 2. ed. rev. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. *E-book* Le Livros. Disponível em: <https://lelivros.love/book/download-machado-de-assis-historiador-sidney-chalhoub-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em: 01 set. 2020.

COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, v. 15, 1990.

CRUZ, Adélcio de Sousa. *Narrativas contemporâneas da violência*: Fernando Bonassi, Paulo Lins e Ferréz. 2009. 239 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DIXON, Paul. Modelos em movimento: os contos de Machado de Assis. *Teresa*: Revista de Literatura Brasileira. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, n. 1 (2000). São Paulo: Ed. 34; Imprensa Oficial, p. 185-206, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afrodescendente*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

DUMAS FILHO, Alexandre. *A dama das camélias*. 2. ed. Trad. Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martim Claret, 2015. *E-book* Kindle.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GLEDSON, John. O Machete e o violoncelo: introdução a uma antologia dos contos de Machado de Assis. In: _____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 35-69.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ROCHA, João Cezar de Castro. “‘Rosebud’ e o Santo Graal: uma hipótese para a leitura dos contos de Machado de Assis”. *Teresa*: Revista de Literatura Brasileira. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, n. 1 (2000). São Paulo: Ed. 34; Imprensa Oficial, p. 164-184, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM – v. 10, n. 1 (2022)

DOSSIÊ: TECENDO MEMÓRIAS, PRESERVANDO HERANÇAS, ILUMINANDO CAMINHOS: VOZES FEMININAS NAS LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA

VILLAÇA, Alcides. Querer, poder, precisar: o caso da vara. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira* 6/7. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: Editora 34; Imprensa Oficial, p. 17-30, 2006.

Submissão: 16 de junho de 2022

Aceite: 27 de junho de 2022